

Deputados aumentam seus salários em 100%

BRASÍLIA — O Congresso aprovou ontem de madrugada, após a convocação de senadores que já estavam em casa dormindo/e a burla de normas regimentais tradicionalmente respeitadas, projeto que fixou a remuneração de Deputados e Senadores em CZ\$ 4.080.819,50. O PMDB, PDS e PFL comandaram a votação — tumultuada porque vários parlamentares criticaram o fato de o Legislativo tratar da questão antes de definir o valor do novo salário-mínimo.

Com receio de que após a aprovação da matéria não houvesse até o próximo ano presença suficiente para deliberar sobre o mínimo — ontem foi a primeira vez que o Congresso teve quorum após a promulgação da nova Carta —, um grupo de parlamentares encabeçado pelo PDT, PT e PSDB tentou retirar a matéria de pauta, o que foi negado pelo Presidente da sessão conjunta, Senador Humberto Lucena (PMDB-PA).

O primeiro parlamentar a pedir a retirada do projeto foi o Líder o PDT na Câmara, Deputado Vivaldo Barbosa (RJ), com o apoio do Líder do PC do B, Deputado Aldo Arantes (GO). O Deputado Paulo Delgado (PT-MG) advertiu que o Congresso estava cometendo um erro político “ao cuidar de sua própria remuneração enquanto milhões de brasileiros que recebem apenas o salário-mínimo aguardam uma definição do Legislativo”.

Com o objetivo de ganhar tempo enquanto parlamentares do PT e do PDT buscavam uma saída regimental para impedir a votação, Brandão Monteiro (PDT-RJ) fez extenso discurso e acusou o PFL de premeditar o adiamento do novo mínimo.

No mesmo projeto em que aumentaram os seus subsídios em cerca de 100 por cento, os congressistas aprovaram o pagamento do 13º e do 14º salários, como forma de compensar o que começaram a perder com a incidência do Imposto de Renda sobre os seus vencimentos.

Os Líderes do PMDB na Câmara e no Senado, Deputado Ibsen Pinheiro (RS) e Senador Ronan Tito (MG) estiveram entre os mais entusiasmados defensores da aprovação da nova remuneração dos parlamentares.